

1 Identificação da entidade:

1.1 Designação da entidade:

Centro de Bem Estar Social de Minde

1.2 Sede:

Rua D.Maria Jose Borges, nº 110
2395-198 MINDE

1.3 Natureza da actividade:

CAE: 88990 – Outras Atividades de Apoio Social Sem Alojamento, n.e.
85100 - Educação Pré-Escolar
88101 – Atividades Apoio Social para pessoas idosas, sem alojamento
88910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
87301 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de Julho, com as alterações previstas no decreto-lei 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.1 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

3 Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Informação comparável.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.



No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados a justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo que figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração do reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade;
- ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.3 – Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- os subsídios serão recebidos.

3.2.5 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a actividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos actuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período de relato.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas.

4 Fluxos de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

Enquadramento da política

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos.

Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria associação, mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Descrição	Saldo Inicial (1)	Débitos (2)	Créditos (3)	Saldo final (4)
Caixa	157.66	35,106.82	35,060.33	204.15
Depósitos à ordem	984,758.77	3,837,948.14	3,984,265.64	838,441.27
Outros depósitos bancários	800,000.00	1,570,000.00	1,220,000.00	1,150,000.00
Total de Caixa e depósitos bancários	1,784,916.43	5,443,054.96	5,239,325.97	1,988,645.42

5 Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos directamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

a) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas numa base sistémica segundo o método da linha recta, utilizando as taxas máximas de amortização (excepto no equipamento de transporte, que foi aplicado as taxas mínimas) legalmente permitidas de acordo com o Dec. Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com a modelo da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

b) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Activos Fixos Tangíveis	Vida Útil
Edifícios e outras construções -	10 a 50 anos
Equipamento Básico -	8 a 16 anos
Equipamento de Transporte -	4 a 8 anos
Equipamento Administrativo -	8 a 16 anos

DESCRIÇÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Equip. biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1. Quantia bruta escriturada inicial	186,390.78	5,018,829.81	789,971.18	106,701.05	114,569.36	0.00	2,778.42	0.00	0.00	6,199,240.60
2. Depreciações acumuladas iniciais	0.00	1,741,437.11	528,610.25	87,605.75	107,693.16	0.00	2,778.42	0.00	0.00	2,468,114.69
3. Perdas por Impendências acumuladas iniciais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
4. Quantia líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	186,390.78	3,277,392.70	241,360.93	19,095.30	6,866.20	0.00	0.00	0.00	0.00	3,731,125.91
5. Movimentos no período : (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-150,680.00	-166,468.69	78,622.36	25,666.09	-2,745.81	0.00	0.00	0.00	0.00	215,686.05
5.1 Total das adições	0.00	0.00	122,562.29	32,642.17	1,045.50	0.00	0.00	0.00	0.00	156,249.96
Aquisições em 1ª Mão	0.00	0.00	122,562.29	32,642.17	1,045.50	0.00	0.00	0.00	0.00	156,249.96
5.2 Total das diminuições	150,680.00	166,468.69	43,939.93	7,956.08	3,791.31	0.00	0.00	0.00	0.00	371,936.01
Depreciações	0.00	166,468.69	43,939.93	7,956.08	3,791.31	0.00	0.00	0.00	0.00	221,256.01
Alienações	150,680.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	150,680.00
6. Quantia líquida escriturada final (6=4+5)	35,710.78	3,110,924.01	319,983.29	44,661.39	4,140.39	0.00	0.00	0.00	0.00	3,515,439.86

6 Inventários:

As mercadorias, matéria - prima, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição utilizando o sistema de inventários intermitente. O método de custeio utilizado para a valorização das existências finais é o FIFO (first in, first out).

Inventários – Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Descrição	Mercadorias		Total
	(1)	(2)	
1. Inventários iniciais	0.00	4,434.95	4,434.95
2. Compras	0.00	192,849.77	192,849.77
3. Reclasseificação e regularização de inventários	0.00	0.00	0.00
4. Inventários finais	0.00	5,266.14	5,266.14
5. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0.00	192,018.58	192,018.58



 OLIVEIRA

7 Rédito:

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor de retribui o recebida ou a receber, tendo em considera o a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. No caso das presta es de serviços, o rédito encontra-se mensurado pelo valor a receber tendo em considera o a quantia de quaisquer descontos líquidos de impostos sobre o valor acrescentado.

7.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	2018	2017
Prestaa�o de serviços;	1.047.123,21�	970.818,48�
Juros	1.427,13�	1.555,67�

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de explora o de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios   explora o" na demonstra o dos resultados.

8.1 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstra es financeiras e indica o de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Entidade	2018	2017
Instituto da Segurança Social :		
Programa de Apoio Complementar � Execu�o POAPMC	2.177,60�	--
Centro Distrital Solid. Seg. Social Santarém	972.735,93�	915.223,19�
IEFP	4.560,62�	59.790,27�
Donativos da popula�o	2.174,14�	3.216,71�

9 Impostos sobre o rendimento:

O imposto corrente contabilizado, no montante de 31.500,00 euros corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor,   data do balanço.

Descri�o	Valor
1. Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	54.338,83
2. Imposto corrente	31.500,00
3. Imposto diferido	0,00
4. Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	31.500,00
5. Tributa�es aut�nomas	0,00
6. Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [6=(4+5)/1*100]	57,97

10 Benefícios dos empregados:

Durante o ano, o número médio de empregados foi de cerca de 109.

Descrição	Valor 2018	Valor 2017
Gastos com o pessoal	1,462,916.45 €	1,363,509.83 €
Remunerações do pessoal	1,186,878.07 €	1,113,204.76 €
Encargos sobre remunerações	249,303.17 €	233,477.07 €
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	21,166.34 €	10,105.32 €
Outros gastos com o pessoal	5,568.87 €	6,722.68 €

11 Divulgações exigidas por diplomas legais:

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período tem a sua situação regularizada perante:

- Segurança Social;
- Autoridade Tributaria e Aduaneira.

12 Outras informações: (Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

Tanto quanto é do nosso conhecimento, no período que medeia entre o fim do exercício e a data deste relatório, não ocorreram quaisquer factos, que, pela sua relevância, tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

12.1 – Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

Ano 2018	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundo	7326.93	0	0	7326.93
Resultados Transitados	3667786.85	3687.65	4029.1	3668128.3
Outras variações no fundo patrimonial	1628032.31	186778.84	0	1441253.47
Total	5303146.09	0	0	5303146.09

Ano 2017	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundo	7326.93			7326.93
Resultados Transitados	3631583.25		36203.6	3667786.85
Outras variações no fundo patrimonial	1664131.15	36098.84		1628032.31
Total	5303041.33	36098.84	36203.6	5303146.09

12.2 – Outras contas a Pagar

Outras Contas a Pagar		
Descrição	2018	2017
Fornecedores de investimentos	101434.41	0.00
Credores por acréscimos de gastos	187702.44	193172.20
Outros Credores	2441.48	2505.36
Saldos Credores de Clientes	252.00	228.75
Saldo devedor de pessoal	18.41	35.33
Total	291811.92	195870.98

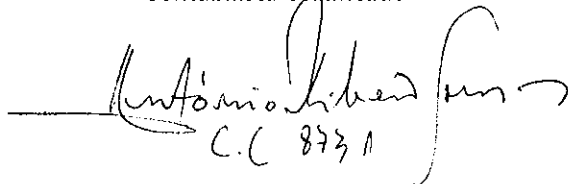
OLIVIANA
Gh
5

12.3 – Fornecimentos e serviços externos

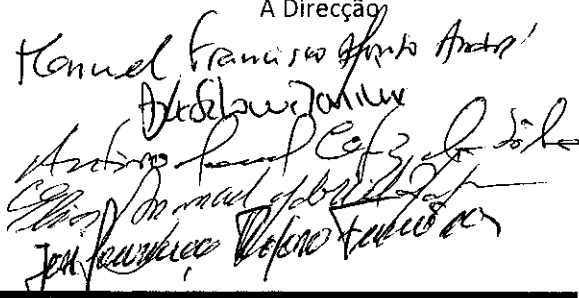
Fornecimentos e serviços externos		
Descrição	2018	2017
Trabalhos especializados	53991.67	52916.65
Publicidade e propaganda		243.00
Vigilância e segurança	3259.93	13755.27
Honorários	37726.98	30932.63
Conservação e reparação	23238.77	14344.44
Total (Serviços Especializados)	118217.35	112191.99
Ferr. utens. desg. rápido	1632.07	5574.35
Livros doc. técnica	150.49	
Material escritório	1904.88	3859.98
Outros	8406.73	11412.29
Total (Materiais)	12094.17	20846.62
Electricidade	52445.21	47277.31
Combustíveis	60631.03	32171.09
Água	21149.28	15390.58
Outros		0.00
Total (Energia e fluidos)	134225.52	94838.98
Deslocações e estadas	50.16	12.63
Total (Deslocações, estadas)	50.16	12.63
Rendas e Alugueres	61.50	61.50
Comunicações	5394.45	6147.76
Seguros	8771.11	8205.43
Contencioso notário	130.36	451.84
Limpeza hig. Conforto	75632.86	53654.62
Outros serviços	654.61	765.33
Total (Serviços diversos)	90644.89	69224.98
TOTAL FSE	355232.09	297115.20

Nota: Na rubrica FSE (Serviços especializados) estão incluídos os honorários da empresa Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda. no valor anual de 4.200,00€ ao qual acresce IVA à taxa normal legal em vigor.

Contabilista Certificado


C.C. 8731

A Direcção



Página 7

